

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: novos desafios e antigos problemas sob uma análise bibliográfica

Cristiane da Silva Elias³
Mailson Santos de Queiroz⁴

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica sobre os desafios da educação a distância no Brasil, a partir da revisão e análise de informações científicas disponíveis em artigos, teses, livros e outros tipos de publicações já existentes sobre o assunto, que permitem mapear, fundamentar e delimitar esta pesquisa. As críticas sobre o tema deste estudo, são: a falta de acesso às tecnologias digitais e as discrepâncias entre as classes sociais que impossibilitam a igualdade de acesso ao ensino a distância, em plena era digital. As mudanças não planejadas, impostas pela pandemia, ao mesmo tempo que deram lugar aos impactos positivos da EaD, evidenciaram antigos problemas educacionais. Nos anos noventa, aqui no Brasil, dizia-se que a internet seria o futuro da Educação. O futuro chegou vinte anos depois e constatou-se que o campo educacional brasileiro ainda não estava preparado para atuar nessa nova perspectiva de ensino por meio da conectividade e do uso das tecnologias. O que há anos prometia integrar o processo educacional, ganhou grande destaque durante a pandemia ocasionada pela Covid-19, em 2020, com a transmissão de aulas online. Com isso, posturas extremas de rejeição aos recursos tecnológicos deram lugar à adesão do uso das TICs., provocando ações e reflexões sobre esta forma de educação que almeja a democratização do conhecimento, mas ainda está longe do alcance de muitos brasileiros.

Palavras-chave: EaD. Brasil. Conectividade. Acesso. Igualdade. Conhecimento.

ABSTRACT

The epositó work aims to develop a deeper and more critical understanding of the challenges of distance education in Brazil, based on the review and analysis of scientific information available in articles, theses, books and epos types of existing publications on the subject, which allow mapping, substantiating and delimiting this research. The criticisms on the theme of this study are: the lack of access to digital epositório and the discrepancies between social classes that make it impossible to have equal access to distance learning in the digital age. The unplanned changes imposed by the pandemic, while giving way to the positive impacts of distance education, highlighted old educational problems. In

³ Professora de Letras/Literatura, pós-graduada em Tutoria e EaD e produtora de conteúdo educacional digital. E-mail: professoracristianeelias@gmail.com.

⁴ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Licenciado em Química, Pós-graduando em Tecnologias Educacionais e Mestre em Engenharia de Materiais.

the nineties, here in Brazil, it was said that the internet would be the future of education. The future arrived eposi epos later and it was found that the Brazilian educational field was not yet prepared to act in this new perspective of teaching through connectivity and the use of epositório . What had promised to be eposit the educational process for epos, gained great prominence during the pandemic caused by Covid-19, in 2020, with the transmission of online classes. As a result, extreme epositó of rejection of technological resources gave way to the adhesion of the use of ICTs, provoking actions and reflections on this eposit education that aims at the democratization of knowledge, but is still far from the reach of many Brazilians.

Keywords: EaD. Brazil. Connectivity. Access. Equality. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O encerramento das aulas presenciais em escolas e em universidades, devido a medidas restritivas, durante a pandemia de Covid-19, desvelou um grave problema constatado pelas secretarias de Educação de Estados e Municípios: um número considerável de indivíduos (alunos e professores), no Brasil, que ainda não têm acesso a computadores, celulares ou à Internet de qualidade – realidade que inviabiliza o ensino a distância e nega o direito à educação, legitimado pela constituição, cujos fundamentos são (devem/deveriam ser) assegurados a todos.

Este artigo, portanto, tem como objetivo geral trazer as reflexões sobre os impactos positivos que o Ensino a Distância pode desempenhar na educação – com ações pedagógicas planejadas para fora da sala de aula, ao promover a aprendizagem por meio dos avanços oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação – e, em paralelo, observar antigos problemas, já conhecidos no meio educacional, que foram amplificados durante a pandemia.

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas, são fundamentadas a partir de uma revisão sistemática de literaturas disponíveis sobre a educação a distância, tais como artigos publicados nas revistas científicas: *Revista de Educação a Distância Em Rede* – Ronei Ximenes Martins, *Interfaces Científicas* – Camila Lima Santana e Kathia Marise Borges Sales, *Estudos Históricos* – Renata Mourão Macedo, além de sites e outras fontes bibliográficas que trazem informações e conhecimento sobre o tema de estudo.

A esse respeito, ao revisar as contribuições bibliográficas anteriores, nota-se que, se por um lado, o ensino a distância surge como alternativa para a democratização da educação

– um direito que deve ser garantido e estendido a todos – por outro lado, ainda representa um privilégio de uma parte da sociedade, de modo que, justifica colocar em foco as problemáticas educacionais que dizem respeito ao digital e carecem de ações urgentes, necessárias para que a atual demanda do ensino a distância abarque todas as pessoas, rompendo, além das barreiras geográficas, as barreiras sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

Um breve histórico da Educação a Distância no Brasil mostra que as Escolas Internacionais foram implementadas no Brasil, sob a influência de outros países, oferecendo cursos pelo correio – sistema de comunicação que envolve o envio de documentos entre um remetente e um destinatário – e assim surgiu, oficialmente, a Educação a Distância no Brasil.

A primeira geração da EaD, nos anos 1900, foi marcada pelos cursos profissionalizantes por correspondência que tinham como principal meio para viabilizar a relação entre professores e alunos distantes geograficamente, os guias de estudo impressos, com exercícios enviados pelo correio. “(...) Os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos”. (ALVES, 2009, p. 09), ou seja, de acordo com Alves (2009), a EaD tinha como objetivo a formação de trabalhadores para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Em 1923, o rádio – inventado no século XIX, popularizado no Brasil durante as comemorações do centenário da independência, em 1922, e, até hoje, veículo de maior alcance em todo o país – que atinge as mais diferentes classes sociais – ganhou destaque como ferramenta na modalidade de educação à distância. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tinha como principal função: “possibilitar a educação popular, por meio de um então moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo”. (Silva & Del Pino, 2009, p. 20).

De acordo com Alves (2009), essa ferramenta foi utilizada por um longo período na modalidade EaD. Destacaram-se, segundo o autor, a Escola Rádio-Postal, A Voz da Profecia e O Senac, em 1946, que “logo a seguir, desenvolveu no Rio de Janeiro e em São Paulo a Universidade do Ar que em 1950 já atingia 318 localidades (...), além de “Projetos como o Mobral” que eram vinculados ao governo federal”. (Del Pino 2013, 19).

A partir dos anos 1970, a segunda geração passou a utilizar, além do rádio e do material impresso por correspondência, outros recursos como a televisão, as fitas de áudio e de vídeo e a interação por telefone.

O uso da televisão como ferramenta na educação à distância teve destaque através dos “telecursos” da Fundação Roberto Marinho:

São os cursos de alfabetização de adultos do Mobral e os “telecursos” produzidos pela Rede Globo em parceria com órgãos públicos e para-oficiais: Telecurso de 2º grau, 1979, Fundação Padre Anchieta/TV Cultura de São Paulo; Telecurso de 1º grau, 1984, Funteve/TV Educativa do Rio; Telecurso 2000, 1995, Sesi/SP. Em geral, trata-se de iniciativas oficiais em parceria com instituições privadas. (BELONNI, 2002, p. 129).

No início da década de 1990, Tim Berners-Lee, físico e cientista da computação, criou a Word Wide Web – popularmente conhecido como www – fundamental para a popularização da internet. E assim, chegamos ao ponto alto da história do desenvolvimento da educação a distância, no século XXI: a terceira geração da EaD que se baseia nas possibilidades oferecidas pelo acesso à internet.

2.1 NOVAS POSSIBILIDADES, ANTIGOS PROBLEMAS:

Nessa perspectiva, a EaD ostenta novas possibilidades e expõe antigos problemas. Tim Lee entendia que “a tecnologia consiste em um meio de relacionamento humano, fundamental à vida em comunidade”. Com efeito, é inconcebível um mundo sem internet e suas infinitas possibilidades.

No entanto, os recentes acontecimentos marcados pela pandemia do Covid-19 denunciaram um grave problema de infraestrutura de telecomunicações. Com o encerramento das aulas presenciais, em escolas e em universidades, grande parte das instituições de ensino tiveram que reorganizar as atividades acadêmicas e lançar mão de plataformas digitais para produzir e inserir materiais para os alunos assistirem às aulas e realizarem atividades escolares pelo computador.

Ante esse cenário, “contra a expectativa propagada em meados de 2000 de que a internet seria um grande espaço de democratização do conhecimento (...)” (Miskolci e Baliero, 2018), constatou-se que muitos no Brasil ainda não têm acesso a computadores,

celulares ou à internet, acentuando, assim, as desigualdades já existentes, também, no que diz respeito à Educação a Distância.

Conforme revela Renata Mourão Macedo, em seu artigo *Direito ou privilégio? Desigualdades digitais. Pandemia e os desafios de uma escola pública* (266 Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 34, no 73, p.262-280, maio – agosto 2021), “dados da pesquisa Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) Educação, cujo objetivo é compreender o acesso, o uso e a apropriação das TICs em escolas privadas e públicas brasileiras” indicam grandes desigualdades:

Apenas 14% das escolas públicas declararam utilizar alguma plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem em 2019, número que chega a 64% nas escolas particulares, apontando para diferença muito expressiva entre as redes pública e privada. Outro dado relevante é que 58% dos alunos declararam utilizar o celular para atividades escolares, destes, 18% só possuíam acesso à internet pelo telefone. Entre março e julho de 2020, mais de 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram quaisquer atividades escolares em casa. No mês de julho, enquanto apenas 4% das crianças mais ricas ficaram sem qualquer atividade escolar, tal número saltou para 30% entre as crianças mais pobres. O relatório conclui: “Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos” (Rede de Pesquisa Solidária, 2020:1).

À vista disso, a reflexão que se faz sobre os dados apresentados é que, embora, no Brasil, diferentes políticas educacionais, como o Plano Nacional de Educação 2014 -2024, prevejam a ampliação da conectividade e do uso de tecnologias digitais, as desigualdades se mostram um retrocesso ao momento que se achava que o acesso à educação por meio virtual era democrático.

Todavia, no que diz respeito à disponibilidade de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação das escolas da educação básica brasileira, o Censo Escolar 2020 revelou que:

Na educação infantil, a internet banda larga está presente em 85% das escolas particulares contra 52,7%, nas redes municipais. Em relação ao ensino fundamental, apenas 52,0% das escolas possuem internet banda larga e somente 23,8% oferecem internet para uso dos estudantes. Não mais que 38,3% dispõem de computador de mesa e só 23,8% contam com computadores portáteis, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. (Publicado em: 10/02/2021. Atualizado em 31/10/2022 – Assessoria de Comunicação Social do Inep).

Além disso, em relação à capacitação dos docentes constatou-se, durante a pandemia de COVID-19, que apenas 33% tinham algum tipo de formação para uso do computador e da

internet para as atividades escolares, conforme dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, em 2020.

Diante desse cenário, nota-se que os graves problemas da EaD, são, ainda, antigas questões gerais da educação que envolvem a desigualdade social e a omissão do Estado, que deveria por meio de políticas públicas eficazes, investir em infraestrutura de telecomunicações e garantir à população de todas as classes o acesso à educação.

Nesse viés, pensamentos arcaicos e comportamentos recuados de docentes, que não valorizam a importância da contribuição dessas tecnologias como instrumentos de ensino-aprendizagem dentro do processo pedagógico, dificultam a busca de atualização e capacitação. Com isso, ao considerarem que a internet e seus recursos não podem contribuir para a aprendizagem, tornam-se incapazes de ampliar os horizontes e colocar em prática metodologias ativas que promovam um ensino de qualidade por meio das TICs. Nessa lógica, os educadores que não se remodelam diante da cultura contemporânea – fortemente marcada pelas tecnologias digitais – não só se tornam obsoletos, mas também inaptos a contribuir para o avanço do ensino a distância.

2.2 O EaD DEMOCRATIZA OU DISSEMINA A EDUCAÇÃO?

Sob as análises mencionadas, reflete-se sobre a seguinte questão: afinal, o ensino a distância democratiza ou dissemina a educação? O verbo democratizar, segundo o Dicionário Online de Português é também sinônimo de: espalhar, propagar, difundir, divulgar e semear. Sob essa ótica, pode-se considerar que o ensino a distância se apresenta como uma opção democrática, no sentido de se fazer conhecido por várias pessoas, mas não por estar acessível à maioria delas. A massiva experiência emergencial, com o modelo EaD, denunciou a inabilidade do país em viabilizar a oportunidade do ensino por meio da internet a um diverso e expressivo contingente da população.

Nesse sentido, o aprendizado online que almeja a democratização do conhecimento, na direção de torná-lo acessível a todas as pessoas de todas as classes sociais, ainda é uma realidade distante para a população brasileira mais pobre, o que contraria o conceito citado por Oliveira et. Al. (2020):

A EaD funciona como um organismo multiplicador de conhecimento, onde pessoas que não têm condições financeiras ou logísticas de acessar informações em ambientes físicos, conseguem de forma bastante simples, rápida e dinâmica

acessarem conteúdos através da educação a distância (OLIVEIRA et al., 2020, p. 10).

Embora a EaD se apresente como uma opção com tantos benefícios e menor custo, o que se constata é que o acesso à educação por meio da internet ainda é privilégio de apenas uma parcela da população – mais abastada – o que não é razoável em um país que almeja tornar-se nação desenvolvida.

Segundo o MEC (2020), “Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação”. A esse respeito, a exclusão digital, em um mundo globalizado – que aumenta ainda mais a competitividade – ameaça a ascensão e o sucesso na vida e no trabalho das novas gerações, visto que, o estudante excluído tem menos oportunidades e estará subjugado à menores empregos e menores oportunidades.

Em 2017, dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) mostram que a taxa de desemprego é maior entre as pessoas com menor escolaridade. Os mais afetados pela falta de trabalho são pessoas que não têm curso superior, a taxa de desemprego é de 20%, contra 6,2% de grupos com curso superior. (<http://icg.edu.br>. Acesso_em_23.08.2023).

Com isso, pontua-se que embora o “ensino a distância tenha crescido 474% em uma década”, conforme dados do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, publicado em 2022, e sua expansão se apresente como um processo democrático e inclusivo, a exclusão digital revela que esse ideal, ainda é uma utopia.

O número de ingressantes em EaD ultrapassou o de estudantes que iniciaram a graduação presencial, no caso das instituições privadas. Nessa rede de ensino, 70,5% dos estudantes, em 2021, ingressaram por meio de cursos remotos. O censo de 2021 registrou 2.574 instituições de educação superior. Dessas, 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. Nesse contexto, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. (<https://www.gov.br/inep/pt-br>).

Esse cenário é apropriado para refletir sobre o quanto a falta de políticas nacionais de ciência e tecnologia, em um contexto de cibercultura que o mundo vive, subjuga grupos desfavorecidos economicamente que seguem sendo tratados como sujeitos sem direitos,

fadados à subserviência social por permanecerem impossibilitados de ingressarem em um curso de educação superior, mesmo diante do crescimento do ensino a distância.

Diante desse paradoxo, justifica mencionar que esse desequilíbrio social: de estudantes em graves situações de vulnerabilidade social que têm a formação fragilizada, e por consequência, suas empregabilidades, além de inviabilizar a construção de uma sociedade justa, também coloca em risco o desenvolvimento nacional.

A vista desses problemas, “a educação que deveria pautar-se sempre na busca pela transformação e preparação para o futuro, (...) na contemporaneidade, ainda permanece com o desafio de educar estudantes do século XXI, com professores do século XX e escolas do século XIX” (KENSKI, 2020; SANTANA, 2019).

Nesse contexto, vale recordar que nos anos 1990 já se dizia que a internet seria o futuro da educação. O futuro chegou. A educação mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação está presente em várias instituições de ensino, mas as principais ofertas ainda são das instituições particulares, para o ensino superior. “As instituições de ensino estaduais e federais já implementaram diversos cursos na modalidade EaD, sendo a sua maioria, cursos de extensão no formato MOOC – Massive Open Online Course” (BRAZ 2020) que sugere um formato de curso denominado aberto, online e massivo.

Para Oliveira et al., (2020), não se pode mais falar em educação sem citar a modalidade EaD, haja vista que diante de todas as modalidades de educação, esta é a que consegue ter uma abrangência maior e já é vista como um grande divisor de águas em termos de educação no Brasil.

Com isso, destaca-se que, apesar de recursos terem sido investidos em tecnologia para ofertar o ensino online e as instituições terem aumentado as ofertas para atenderem a essa nova demanda, o ensino a distância ainda está longe de ser uma realidade assegurada a todos os cidadãos do Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância implementada no Brasil em 1996 – com a entrada em vigor da Lei de Bases e Diretrizes nº 9.394, reforçada, dois anos mais tarde, pela regulamentação através do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 – se confirma como tendência cada vez mais forte na sociedade brasileira da atualidade. Entretanto, a ausência de políticas

educacionais capazes de garantir o uso das TIC's nas escolas públicas brasileiras, bem como a falta de qualificação dos professores para lidar com as demandas tecnológicas no atual contexto educacional e as discrepâncias entre as classes sociais, que resultou em maior número de evasão escolar, quando, a falta de acesso às tecnologias digitais foi uma das principais causas da perda de vínculo com a escola, penalizando ainda mais os estudantes de menor renda, revelam que a EaD se vê diante de novos desafios e, de antigos problemas.

Com isso, as análises expostas neste artigo têm o objetivo de estimular reflexões sobre os pontos apresentados diante do novo panorama educacional mediado por tecnologias. Nessa lógica, vislumbra-se um cenário que traz consigo diversos desafios, mas também inúmeras oportunidades. Sendo assim, faz-se necessário a provocação de discussões e atuações que favoreçam a democratização do ensino online no Brasil, por meio de políticas públicas estratégicas que oportunizem efetiva inclusão digital, a fim de que o ensino a distância, o qual já rompeu barreiras geográficas, atravesse também as barreiras de classes sociais.

REFERÊNCIAS

ADJUTO, Graça. **Um em cada quatro alunos do ensino médio está atrasado ou já abandonou a escola. Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-alunos-do-ensino-medio-esta-atrasado-ou-em-abandonou>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ALVES, João Roberto Moreira. **A História da EaD no Brasil**. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. (orgs). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, v. 1. P. 9-13, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Entendendo a pobreza – Educação**, 2018. Disponível em: <https://www.bancomundial.org>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil**, 2002, vol. 23, n. 78, pp. 117-142. INSS 1678-4626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302002000200008>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Agência. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n.**

248, p. 27833-27841, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

DEL PINO, José Carlos. **A Educação a Distância e seu Movimento Histórico no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 233-246, 2013.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-Graduação em Educação Brasileira>>. Acesso em: 2 set. 2023.

EMREDE – Revista de Educação a Distância – Em Rede – ISSN 2359-6082 – 2020, v. 7, n. 1. **A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio** | EmRede – Revista de Educação a Distância (auniredede.org.br), o Em Rede, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7i1.620>. Acesso em: 6 de setembro de 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de; SILVA, Maria Conceição da; SANTOS, Edméa Oliveira dos. **A Educação a Distância e seu Movimento Histórico no Brasil.** Revista Brasileira de Educação a Distância, v. 18, n. 1, p. 17-32, 2013. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Censo Escolar 2020, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Publicado em 10/02/2021: 13h01. Atualizado em 31/10/2022 12h52 – Colaboradores: Assessoria de Comunicação Social do Inep. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JIMENEZ. **Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. KROTON EDUCACIONAL.** 2020. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

KENSKI, Vani. Cultura digital e docência no novo cenário da Educação. In: **Webseminário do ForTEC**, Salvador (Bahia), jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCuCLR4FTAwIVSdDhexYzAZQ>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

KUJAWA, D. R., Martins, A. R. de Q., & Patias, N. D. (2020). **A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA NO BRASIL.** Revista Sociais E Humanas, 33(3). Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175837574>. Acesso: 22 de agosto de 2023.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **Sociologia Digital: balanço provisório e desafios.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, p. 134-155, jan-abr.

2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/352>. Acesso: 06 de Setembro de 2023.

MOURÃO MACEDO, Renata. **Direito ou Privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** Estudos Históricos, volume 34, número 73, p. 262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?lang=pt> <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 23 de agosto 2023.

OLIVEIRA, Eleide de Sousa, et al. **A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela COVID-19.** Brazilian Journal of Development, v. 6, p. 52860-52867, DOI: 10.34117/bjdv6n7-799, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

SANTANA, C. L. S. e; BORGES SALES, K. M. AULA EM CASA: EDUCAÇÃO, SILVA, Solonildo Almeida; VASCONCELOS, Maria Susana de Oliveira Fontenele e (Orientadora). **Educação à distância e a precarização do trabalho docente.** 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23164>. Acesso em: 06 de set.2023

TECNOLOGIAS DIGITAIS E PANDEMIA COVID-19. **Interfaces Científicas – Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 75–92, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/epositó/article/view/9181>. Acesso em: 8 ago. 2023.